



ISSN 1984-5634

“DESVAIRADA IMAGINAÇÃO”: A COMUNA DE PARIS NAS PÁGINAS DO JORNAL O APÓSTOLO (1871)

“Hallucinating imagination”: the Paris Commune on O Apóstolo’s pages

JOÃO VITOR DE ARMAS TEIXEIRA¹

RESUMO

Este artigo se propõe a produzir uma análise por meio do jornal católico ultramontano *O Apóstolo*, visando a compreensão de sua análise acerca da Comuna de Paris em 1871. A partir disso, pretende-se explorar os contrastes e as nuances do choque entre duas perspectivas e conjunturas distintas: a do Brasil monarquista imperial, que possuía o catolicismo como religião oficial e o sistema escravista como base econômica; e a da França, onde a primeira experiência socialista da história marcava, não o final de um período revolucionário, mas o início da era das revoluções sociais com um governo de setenta e dois dias que sacudiu a Europa e as Américas.

PALAVRAS-CHAVE: Comuna de Paris; Brasil Império; ultramontanismo.

ABSTRACT

The present paper aims to make a analysis from the ultramontane’s journal *O Apóstolo* that commented and reported the Paris Commune of 1871. From that, the goal is to explore the contrasts and nuances of the struggle between two different prospects and conjunctures: the Brazilian one as a catholic and slavery empire monarchy; and the French, where the first socialist experience in history defined, not the end of a revolutionary period, but the start of a new social revolution age in a seventy-two days government which shocked the Europe and Americas.

KEYWORDS: Paris Commune; Brazilian Empire; ultramontanism.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 30/03/2022

ACEITO: 23/01/2023

COMO CITAR:

TEIXEIRA, J. V. de A.
“Desvairada imaginação”: a
Comuna de Paris nas páginas
do jornal O Apóstolo (1871).
Aedos, Porto Alegre, v. 16, n.
37, p. 371-392, jun.-set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas. Professor na Escola SESI de Ensino Médio Eraldo Giacobbe. ORCID iD: 0000-0002-3621-0718. E-mail: profarmas@gmail.com.

O *Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião católica da sociedade* foi o principal jornal católico da década de 1870 e fez parte de um esforço sistemático de catequização da sociedade brasileira. Sua orientação editorial reproduzia fielmente as posições papais frente aos problemas contemporâneos das conjunturas nacional e europeia, que se confundiam e entrelaçavam-se nesta gazeta. Dessa maneira, suas páginas refletiam uma profunda preocupação com as ideias que circulavam na nossa sociedade, em especial aquelas de caráter revolucionário; é preciso, assim, compreender o processo histórico que precede e envolve as notícias deste periódico, uma vez que como fontes estas não são neutras e, portanto, implicam uma historicização. Para atingir tal objetivo, será de grande valia esmiuçar o contexto europeu do período e, mais especificamente, o processo político e intelectual que desembocou na Comuna de Paris. Dentro desse contexto, chama-se atenção principalmente à ação decisiva da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864, e seu reflexo em solo francês no combate ao Segundo Império Bonapartista entre os anos de 1852 e 1870.

É pertinente mencionar que a sociedade francesa era uma referência cultural para o Brasil e a repercussão da Comuna aqui foi majoritariamente negativa. De acordo com Tavares, essa reação ao evento na França torna possível entrever “os elementos iniciais que comporão a ideologia antioperária e antissocialista, no país, com seus mitos e artifícios” (1983, p. 99). Isso justifica-se pela conjuntura de declínio do sistema escravista, que provocava tanto transformações socioeconômicas quanto a emergência de novos agentes sociais questionadores do *status quo* imperial.

Além disso, é preciso analisar os embates intelectuais travados no seio do movimento operário europeu, a exemplo da oposição entre Karl Marx (1818-1883) e Mikhail Bakunin (1814-1876) e da influência do mutualismo de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) nas organizações operárias francesas, bem como a presença das tendências radicais dos *blanquistas* seguidores de Louis Auguste Blanqui (1805-1881), e do tradicional jacobinismo, herdeiro da Revolução de 1789. Destarte, urge apreender o fluxo de tais ideias em solo brasileiro, sobretudo aquelas que inspiraram a nascente – e heterogênea – Geração 1870, tais como o positivismo, o naturalismo, o liberalismo e/ou cientificismo, o spencerianismo e o darwinismo social (ALONSO, 2000, p. 35). Pode-se afirmar que esse amálgama de correntes de pensamento conformava um repertório intelectual que era movido pelo “desejo de rompimento com o passado romântico e imperial, em todos os aspectos possíveis” (PINHA, 2020, p. 21). Nesse sentido, a consulta e a importação de teorias europeias faziam parte da necessidade local de compreender e superar o *status quo* brasileiro. Segundo Alonso (2002), não havia, tanto no contexto europeu quanto nacional, fronteiras estabelecidas entre o intelectual e o político, de forma que ambos se confundiam. Dado o intuito do movimento ser o de ação política e o fato de estarem suas teorias intelectuais crivadas por critérios políticos, é possível afirmar que

a circulação de diferentes doutrinas apontava para distintos horizontes, chaves interpretativas e planos de ação, acarretando na heterogeneidade de pensamento da Geração.

É o panorama dessas dinâmicas que nos esforçaremos para traçar neste artigo, dividido em três etapas principais que visam abarcar, em primeiro lugar, a Europa e a Comuna de Paris, o debate intelectual e político no Brasil nos anos de 1870 e, posteriormente, a revolução parisiense no jornal *O Apóstolo*. Desse modo, propõe-se explorar mais detidamente o impacto da experiência francesa de 1871 no contexto brasileiro.

A EUROPA E A COMUNA DE PARIS

Compreende-se que a Comuna de Paris é fruto de um processo histórico que possui suas origens nas Revoluções de 1848 e que, segundo Boito Jr., constitui-se na “primeira experiência de um poder operário” que, se não foi socialista, o pressupunha - o que está de acordo com a constatação de Marx de que esse governo operário “devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe” (BOITO JR., 2002, p. 51; MARX, 2011, p. 59). Após as insurgências de fevereiro e junho daquele ano os franceses elegeram Luís Napoleão (1808-1873), sobrinho de Napoleão Bonaparte, que viria a ser o artífice de um golpe de Estado em dois de dezembro de 1852, no qual proclamou-se Imperador e fundou o II Império. Ergue-se o regime bonapartista, a expressão da contrarrevolução burguesa e sua imagem e semelhança: o período conciliou o reacionarismo político com a liberalização econômica e, em posição central, as Forças Armadas e a Igreja garantiram sua legitimidade.

Tratando-se do contexto europeu, é válido salientar que o período foi marcado por uma profunda expansão capitalista mundial: Hobsbawm, nessa esteira, afirmou que “o comércio mundial [que] entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar”, em contrapartida, cresceu 260% entre os anos de 1850 e 1870 (2021, p. 67). Além disso, houve uma mudança significativa na composição prática e ideológica do movimento operário internacional, afinal, “o que sucumbiu nessas derrotas [de 1848] não foi a revolução. Foram os penduricalhos pré-revolucionários tradicionais” (MARX, 2012, p. 35) – isto é, as diversas correntes desde o cartismo até os socialistas utópicos, estes majoritários até então. Desse modo, promoveu-se a reorganização do movimento revolucionário, primeiramente na Liga dos Comunistas e, posteriormente, na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)².

A Internacional era um organismo amplo que visava aglutinar as diversas tendências de luta do operariado, o que significou variadas disputas internas entre as correntes abarcadas em seu seio, a citar o *sindicalismo britânico*³, o *blanquismo*, o *proudhonismo*, o *lassallenismo*⁴ e as tendências de

² Também conhecida como Primeira Internacional e A Internacional.

³ Caracterizado pelas suas lutas parciais e conhecido como o “sindicalismo puro e simples” (FOSTER, 2020, p. 75).

⁴ Seguidores de Ferdinand Lassalle (1825-1864) que reivindicavam o cooperativismo.

Bakunin e Marx. A principal oposição consistia entre as concepções de Bakunin, que se autoproclamava “socialista revolucionário” e “coletivista revolucionário” e as proposições de Marx e seus seguidores, os quais esse adjetivou de “comunistas autoritários” (1977, p. 165)⁵. Acerca das diferenças que Bakunin clamava entre ele e os marxistas, Samis salienta que eram “duas concepções diferentes de socialismo”, isto é, “não era uma questão de modulação ou conceituação diversa, não era apenas divergência na apreciação dos fenômenos sociais, mas no caráter destes, na ontologia” (2011, p. 186-187). Bakunin era contrário à revolução política pois via esta como subordinada à revolução econômica; não acreditava em uma forma política transitória, mas em uma dissolução imediata do Estado, impulsionada pela ação espontânea de massas para a constituição de uma união federada entre comunas autogeridas. Por outro lado, Marx compreendia que a revolução econômica não estava dissociada da revolução política e, nesse sentido, acreditava na ditadura do proletariado como forma de transição ao comunismo, divergindo daquele nas questões táticas das ações de massas e na defesa de lutas parciais dentro do regime burguês. Conforme disposto por Samis, a AIT consistia em uma ferramenta “inequivocamente revolucionária” (2011, p. 145) e, como organização de massas, não era fragmentada pelas diversas correntes que a permeavam; pelo contrário, era vertebral a convivência de concepções conflitantes dentro da organização e estas eram asseguradas pelos seus instrumentos democráticos. Ilustrativo é o caso francês⁶, que chegou a contar com 245 mil filiados e foi um meio de luta e organização de suma importância dos trabalhadores durante o II Império Bonapartista (SAMIS, 2011, p. 172).

O bonapartismo era marcadamente expansionista e, em virtude disso, chocou-se com o imperialismo de Otto Von Bismarck (1815-1898) na Guerra Franco-Prussiana⁷, o que resultou no fim do II Império. Quando a população parisiense tomou ciência da derrota de Napoleão III em Sedan, eclodiu uma revolta popular que levou à fundação da Terceira República a quatro de setembro de 1870; a guerra, até então defensiva para os alemães, passou a ser uma guerra de conquista (MARX, 2011). Quando da eclosão da Comuna, ao mesmo tempo em que o exército prussiano se encontrava às portas de Paris, os franceses Adolphe Thiers (estadista, 1797-1877)⁸ e Jules Trochu (general, 1815-1896) se colocavam dispostos a entregá-lo a cidade às custas do proletariado parisiense. A AIT se posicionou pela imediata deposição do governo eleito e impulsionou, desse modo, “o estabelecimento de uma dualidade de poderes, que foi o prelúdio da Comuna” (COGGIOLA, 2011, p. 171). Os trabalhadores de Paris, juntamente com a Guarda Nacional

⁵ Segundo Coggiola, foram os anarquistas que cunharam o termo “marxismo” (2011, p. 170).

⁶ A seção francesa no geral e a parisiense no particular tiveram ampla influência do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), considerado pai do anarquismo. Sua corrente política cindiu-se em duas, uma reformista, considerada de direita e outra revolucionária, considerada de esquerda, influenciada pelo pensamento de Bakunin. A despeito disso, os documentos da AIT eram traduzidos em termos *proudhonianos*, isto é, defendiam o federalismo e o mutualismo.

⁷ Guerra entre França e Prússia que durou apenas seis semanas e confluiu para a unificação alemã.

⁸ Líder do Governo Provisório francês.

— o proletariado armado — apoderaram-se do *Hôtel de Ville* (a prefeitura), depois da tentativa frustrada de Thiers de tomar os canhões de *Montmartre*. Esse fato culminou na confraternização das tropas e o governo, que abandonou a cidade com seus aliados, mudou a capital francesa para Versalhes. Paris ficou acéfala e assim deu-se início à Comuna de Paris, resultante de uma “crise internacional [...], de uma crise nacional [...] e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico socialista do proletariado europeu nas décadas precedentes” (COGGIOLA, 2011, p. 165).

Afora elencar os eventos cronologicamente, impera frisar os aspectos políticos da Comuna de Paris, pois, sua existência breve de apenas 72 dias, torna-a uma obra inacabada, uma aurora para o futuro. Nascimento destaca alguns aspectos chave da *Proclamação da Comuna ao povo trabalhador de Paris*: “abolição do Estado; abolição do Exército [...]; interdição do acúmulo de cargos; organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas [...]”; jornada de trabalho de 10 horas; direito dos trabalhadores de eleger os diretores de fábricas; reforma educacional e cultural (2002, p. 25). O plano de organização política previa “o Estado, e o povo se governando por si próprio, compostos de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto, organizado”, enquanto no *Programa da Comuna* constava a organização do poder popular; reformas habitacionais, de transporte e urbanismo; a gestão operária da produção e consumo e novas bases familiares e educacionais (NASCIMENTO, 2002, p. 25-26). Além disso, algumas medidas da Comuna foram a extinção do trabalho noturno; abertura de cooperativas no lugar das oficinas abandonadas; “residências vazias foram desapropriadas e reocupadas”; descontos salariais abolidos; legalização dos sindicatos; igualdade entre os sexos; fim do monopólio da lei pelos juristas; “testamentos, adoções e a contratação de advogados se tornaram gratuitos”; “o casamento se tornou gratuito”; “a pena de morte foi abolida”; eleição para a magistratura; adoção do calendário revolucionário; separação do Estado e da Igreja; “educação gratuita, secular e compulsória” e todas as escolas tornadas de sexo misto; imagens santas foram derretidas; a Igreja de Brea, erguida em memória de um dos homens envolvidos na repressão da Revolução de 1848, o confessionário de Luís XVI e a coluna Vendôme foram demolidos; a bandeira vermelha universal foi adotada (COGGIOLA, 2011, p. 171-172).

A Comuna, em síntese, destruiu a máquina burocrática do Estado burguês e ergueu em seu lugar um instrumento distinto de governo: foi “a verdadeira antítese do próprio Império” (MARX, 2011, p. 56), “um governo dos produtores pelos produtores” (MARTORANO, 2002, p. 77), “uma negação audaz, bem pronunciada do Estado” (BAKUNIN, 1977, p. 166-67). Contudo, após 72 dias, no dia 28 de maio de 1871, as últimas barricadas caíram no cemitério *Perè-Lachaise*, no bairro *Belleville* e em outros distritos. De seus escombros, iniciou-se um filme burguês de terror com a Semana Sangrenta: Lissagaray estimou “vinte mil homens, mulheres e crianças” mortos na tomada de Paris, “pelo menos 3000 mortos nos depósitos de presos, pontões, fortes, prisões, na Nova

Caledônia, no exílio ou em decorrência de doenças contraídas no cativeiro” e “cerca de 107.000 vítimas: eis o balanço da vingança da alta burguesia pela Revolução de dois meses iniciada em 18 de março” (1991, p. 361).

A despeito de projetar-se ao futuro como o embrião do poder operário, a experiência demonstrou que apenas a luta revolucionária e a destruição do Estado burguês poderiam emancipar os trabalhadores de sua opressão de classe e influenciou, dessa forma, diversos revolucionários contemporâneos e posteriores. No entendimento de seus coetâneos, a exemplo de Louise Michel, a “Comuna, cercada em todas as direções, possuía apenas a morte no horizonte” e, “morrendo, abriu a porta do futuro” (1981, p. 68)⁹. Lissagaray, por sua vez, afirmou que “a audácia é o esplendor da fé (...) [e] é por não ter tremido que a História reservará um lugar para este povo de 1870-71, que teve tanta fé, que foi capaz de morrer por ela [a Comuna de Paris]” (1991, p. 365)¹⁰. Para Marx, o assalto aos céus significou a “forma política de sua emancipação social” (2011, p. 59); e, não menos importante, Bakunin sentenciou que “Paris inaugura a nova era, a da emancipação definitiva e completa das massas populares” (1977). Segundo Samis, as avaliações de Bakunin e Marx assemelhavam-se, pois, “a eloquência dos fatos, a exuberante e ousada experiência da Comuna, diversamente, acabou por fazer confluir o pensamento de ambos para o mesmo caudal interpretativo” (2011, p. 356). Dentre os revolucionários vindouros, herdeiros dessa tradição revolucionária, Lenin interpretou a revolução em Paris dessa maneira: “foi um exemplo brilhante de como o proletariado sabe cumprir unanimemente as tarefas democráticas, que a burguesia só sabia proclamar” (2002, p. 102). Já para Trotski, o organizador do Exército Vermelho, a Comuna de Paris foi “o ensaio histórico, débil ainda, de dominação da classe operária” (2002, p. 151).

É a partir de tais colocações que podemos afirmar que a Comuna, ainda que restrita à cidade de Paris, teve um caráter profundamente internacionalista e sua duração, de apenas 72 dias, ressoa até hoje enquanto triunfo e tragédia.

O DEBATE INTELECTUAL E POLÍTICO NO BRASIL NOS ANOS DE 1870

O Brasil dos anos de 1870 era uma monarquia imperial, governada por Dom Pedro II e recém saída da Guerra do Paraguai (1864-1870), com uma economia baseada no trabalho escravo e sem separação entre o Estado e a Igreja. Segundo Limeira, “apesar do ideário liberal estar difundido, a união entre Estado e Igreja se viu consagrada na Constituição de 1824”: tal arranjo produzia uma relação de benefício mútuo, afinal, “o Estado garantia o apoio de uma instituição com grande

⁹ Louise Michel (1830-1905) foi professora primária e poeta; cumpriu diversos papéis na Comuna de Paris, na qual tomou parte ativamente, e a defendeu até sua morte. Foi uma dentre tantos e tantas exiladas para a Nova Caledônia.

¹⁰ Hippolyte Prosper-Olivier Lissagaray (1838-1901) foi jornalista, cobriu a Comuna de Paris, era um republicano radical ligado ao blanquismo, corrente política adepta da conspiração, da revolução empreendida por uma vanguarda e que instituiu uma ditadura do proletariado. Os blanquistas são herdeiros ideológicos das alas radicais do jacobinismo e dos ideais da Conjuração dos Iguais de 1796.

prestígio social e a Igreja garantia sua renda e acesso ao poder por conta dos serviços que prestava” (2011, p. 8). O padroado era um regime extremamente rígido e profundamente apoiado nessa síntese entre o Estado e a Igreja – aspecto visível na possibilidade do Imperador de nomear cargos eclesiásticos; de acordo com Souza (2014, p. 52), se “no Império havia uma aversão às grandes alterações, buscando sempre a lentidão e a cautela para que não houvesse alteração na tradição, além de impedir uma possível revolução”, o arranjo político institucional visava justamente a preservação das elites econômicas e políticas.

O final do século XIX marcou o começo de uma profunda crítica e transformação em parte da sociedade brasileira, encabeçada pela Geração de 1870, imbuída de uma variada gama de influências de pensadores europeus somadas a motivações próprias. Segundo Alonso (2000, p. 36), “o sentido principal do movimento intelectual da Geração de 1870 foi a intervenção política”, ou seja, buscava explicar e transformar a sociedade brasileira e, dessa maneira, criticava tanto a monarquia quanto o poder da Igreja Católica. Primeiramente, é preciso ressaltar que esse conjunto de intelectuais não foram apenas imitadores, tradutores ou mesmo críticos das modas intelectuais europeias; longe de simples intérpretes, realizaram apropriações, adaptações e criações a partir dos esquemas cognitivos correntes em seu contexto. Ao compreender as teorias como monólitos poderíamos incorrer no erro de não perceber que havia fissuras teóricas que possibilitavam flexões, diálogos e rupturas condicionadas pelo contexto histórico, político e intelectual brasileiro.

A conjuntura na qual é forjada essa geração intelectual é marcada por uma série de crises no *status quo*, das quais as mais importantes aqui são a Questão Militar, a cisão liberal e as reformas dos conservadores. Havia uma crise interna da elite imperial, bem como a ascensão de setores médios alijados do clientelismo e do cerne do poder político que se movimentavam em uma direção de crítica, distintas entre si e movidas a partir de seus respectivos interesses, e a Geração evidencia apenas um determinado setor. A situação militar resultava da “afirmação do Exército como instituição com fisionomia e objetivos próprios” (FAUSTO, 2019, p. 185), que foi alcançada, posteriormente, na Proclamação da República (1889). Já no caso dos liberais que atacavam as instituições conservadoras, estes experienciaram dissidências que levaram, conforme Alonso (2002), ao surgimento de liberais republicanos e os novos liberais. O Partido Conservador também não passou imune à crise pois, em 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre que punha no horizonte o fim da escravidão, parte dos conservadores reagiram em defesa das instituições baseadas no trabalho escravizado. Ainda de acordo com Alonso, “a tônica do debate entre 1868 e 1878” era a “denúncia liberal de sua marginalização política sob o domínio conservador, o combate à ‘falsificação’ do sistema político imperial, a exigência de mudanças nas instituições políticas” (2002, p. 167). Isto é, a crise era generalizada e as forças políticas reivindicavam reformas nas instituições, no sistema eleitoral e, inclusive, a subversão do regime político – no caso dos

republicanos, por exemplo, buscando o fim da monarquia. Esse contexto e processo histórico possuía, na acepção de Pinha, uma “necessidade de confronto” (2019, p. 22).

Alonso (2000; 2002) defende que os critérios da Geração eram políticos e estavam submetidos a uma lógica de contestação e, se possível, superação de seu contexto saquarema, isto é, conservador. Lembra-nos a autora que havia uma miríade de teorias sociais no seio dos debates da Geração, desde as mais reacionárias e contrarrevolucionárias que se opuseram à Revolução Francesa e seu legado, até as mais revolucionárias e anarquistas. Nesse sentido, “esquemas mentais absolutamente estranhos à tradição imperial não teriam gerado uma crítica suficientemente inteligível dela. Donde a penetração insignificante de autores socialistas, por exemplo” (ALONSO, 2002, p. 177).

Havia um critério de escolha das teorias derivadas do repertório intelectual europeu que se submetia aos interesses imediatos, à crise política e à necessidade de sua superação (ALONSO, 2002). Nesse sentido, é possível identificar influências diversas a depender do grupamento que se busca analisar:

à nova geração importava, sobretudo, 1) definir que *status quo* político e mental deveria ser superado, realizando, para isso, um diagnóstico da condição brasileira até então; 2) decidir sobre o modo de apropriação do repertório científico europeu (tido como moderno) no debate brasileiro, inserindo as experiências humanas na nova ordem do mundo, pautada nas classificações das ciências da natureza (PINHA, 2019, p. 21).

Dessa maneira, o debate de ideias dava-se pelos meios impressos, sobretudo a imprensa que, à época, já se constituía em um espaço público onde as questões políticas eram amplamente debatidas, ainda que uma ínfima minoria da população fosse alfabetizada¹¹. Opúsculos, panfletos e livros eram publicados e também a própria profusão de literatura de caráter científico no período demonstram a difusão do engajamento intelectual. Pinha (2019) atenta para o fato de que as ideias apropriadas eram condicionadas pela situação periférica e pelo passado escravista brasileiro, e que não se trata de encontrar a coerência ou a pureza das matrizes de pensamento que influenciaram a Geração, uma vez que,

as ideias estão sempre fora do lugar porque, em uso, parcialmente desencaixadas de seu contexto matricial de enunciação. A questão deixa de ser a busca de uma aplicação coerente das ideias em seus lugares, para a admissão da lógica do desvio, ampliada a qualquer lugar ou situação histórica (PINHA, 2019, p. 23).

Portanto, o repertório intelectual era relevante, porém não era tudo, pois eram meios para fins políticos de grupamentos diversos que não visavam a coerência intelectual, mas a transformação política. Nesse sentido, é de valia examinar brevemente a composição geral desses grupos heterogêneos que faziam parte da chamada Geração 1870.

¹¹ De acordo com Ferreira e Carvalho (2014), apenas 17,7% da população era alfabetizada no Brasil segundo o censo de 1872 e essa taxa permaneceu sem grandes alterações até o final do Império, pois o censo de 1890 apontou 82,6% de analfabetismo.

O liberalismo republicano teve no jornal *A República: Propriedade do Clube Republicano*, que circulou entre os anos de 1870 e 1874, um de seus espaços de atuação e divulgação de suas concepções. É no referido periódico que é publicado o famigerado *Manifesto Republicano*, marco do movimento na história do país; os intelectuais Salvador de Mendonça (1841-1913) e Quintino Bocaiuva (1836-1912), por exemplo, destacaram-se em publicações de panfletos e artigos no jornal. Dentre os referenciais externos, Alonso (2002) identifica autores como Jacques Bossuet (1627-1704) e León Gambetta (1838-1882): o primeiro, fundamental para o liberalismo imperial, foi utilizado para combater a própria monarquia, enquanto o segundo foi um grande artífice e teórico da República na França.

Os novos liberais, que compunham a outra face da fratura liberal no Brasil, destacaram-se por ser a corrente de caráter monarquista dentro do espectro do liberalismo e, por lógico, optaram pela apropriação de uma gama de autores de posição semelhante. Dentre eles, o “alemão Theodor Mommsen (1817-1903) e o português Oliveira Martins (1845-1894) compareciam como propugnadores de uma monarquia esclarecida, espécie de *cesarismo*” (ALONSO, 2002, p. 175), conceito político que foi referencial para autores fundamentais dessa facção política como André Rebouças (1838-1898) e Joaquim Nabuco (1849-1910). Estes foram ativos na imprensa, em panfletos e em opúsculos, sendo que Rebouças escrevia para o *Jornal do Comércio* (1870-1879) e o segundo era atuante n’*O Abolicionista* (1880-1881).

Consoante com Alonso (2002), além dos dois cordões intelectuais acima, houve os positivistas abolicionistas e os federalistas científicos: os primeiros, liderados por Miguel Lemos (1854-1917), tiveram atuação mais pronunciada na década de 1880 e suas influências foram o positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e membros desta tradição, como Émile Littré (1801-1881) e Pierre Laffite (1823-1903). Os segundos, ativos desde a metade da década de 1870, tiveram grande participação na imprensa do período e, em especial, n’*A Tribuna de São Paulo*. Seus principais nomes derivavam, sobretudo, de São Paulo e do Rio Grande do Sul: destacam-se Pereira Barreto (1840-1923) e Francisco Eugênio Pacheco da Silva (s.d.) pelo lado dos paulistas e os gaúchos Alcides Lima (1859-1825) e Assis Brasil (1857-1938). Dentre suas bases teóricas destacam-se o positivismo e autores como Alexis de Tocqueville (1805-1859), François Guizot (1787-1874) e Herbert Spencer (1820-1903), que certamente possibilitaram uma modernização de caráter conservador para o Brasil pois, ainda que promovessem a ruptura com *status quo* imperial, traduziam a possibilidade de mudança – progresso – dentro de uma ordem.

É essa chegada da modernidade que contribui para abalar ainda mais os pilares da sociedade brasileira, isto é, esse processo de mudanças que ocorriam no Ocidente na segunda metade do século XIX. Dessa forma, o cada vez maior domínio do homem sobre a natureza, a expansão do capitalismo e as inovações tecnológicas nos Estados Unidos da América e na Europa criaram um “sentimento

de inadequação temporal, de atraso, que vai se expressar no insistente apelo por reformas” (MELLO, 2008, p. 17). Ficou cada vez mais claro para os agentes políticos da época, no entanto, que seria impossível coadunar as reformas com a monarquia, pois essa era associada ao despotismo, ao atraso e à escravidão. Surgia, entre as forças políticas da conjuntura brasileira, uma disputa pelo porvir e, dentro desse “contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, a República foi o nome brasileiro da modernidade” (MELLO, 2008, p. 31). Reivindicar a República era defender a separação entre o Estado e a Igreja Católica e seus valores e, nesse sentido, Klauck avalia que “durante os séculos de sua existência a Igreja nunca havia sido posta sob conflito tanto quanto como no século XIX” (2011, p. 133), o que logicamente gerou uma reação por parte dos católicos que reforçaram a hierarquização doutrinária com a figura papal tornando-se a sua máxima e infalível autoridade, o trabalho eclesiástico e a difusão do catolicismo por meio de jornais católicos apoiados pelo Vaticano.

A COMUNA NO JORNAL *O APÓSTOLO*

Para compreender a repercussão da Comuna de Paris no periódico católico é preciso entender a imprensa do período, entendida por Dolhnikoff como “uma importante forma de manifestação cultural e política ao longo da monarquia” (2017, p. 83), ou, dito de outra maneira, um instrumento de ação política e cultural. A imprensa surgiu no país em 1808 por meio de iniciativa oficial (SOUZA, 2014) e teve um desenvolvimento vagaroso; contudo, “nas últimas décadas da monarquia, já existia uma imprensa mais bem estruturada, com periodicidade, diária ou semanal, com independência financeira” (DOLHNIKOFF, 2017, p. 85).

O Apóstolo (1866-1901) foi um periódico de circulação nacional que iniciou como semanário e se tornou diário a partir de 1874. Variava entre 4 a 6 páginas por exemplar, mas é possível encontrar edições maiores, com 8 e até 9 páginas. Seu critério de numeração não era linear, era comum numerações contínuas em muitas edições. Foi impresso em duas tipografias diferentes, inicialmente com a impressão a cargo da tipografia Nicolau Lobo Vianna e Filhos (1866-1893) no Rio de Janeiro e, posteriormente, no ano de 1867, o jornal passou a ser tipografado pela Tipografia do Apóstolo até o final de sua existência. O intransigente jornal ficou a cargo de diferentes clérigos ao longo de sua história, e no período aqui tratado esteve sob responsabilidade do Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda (1830-1890), bispo do Rio de Janeiro, que o tornou “um dos maiores porta-vozes da política de romanização e do pensamento ultramontano no Brasil” (LIMEIRA, 2011, p. 14). Tanto clérigos como seculares podiam escrever para o jornal, desde que seguissem sua orientação editorial e as matérias, geralmente, não eram assinadas.

A base doutrinária do periódico consistia no pensamento ultramontano, ou “do outro lado da montanha”, termo que desde o século XI referia-se aos cristãos que reivindicavam a liderança de Roma, defendiam as concepções papais e/ou apoiavam suas políticas (LIMEIRA, 2011, p. 10). Se, na

primeira metade dos oitocentos o ultramontanismo não prosperou, na parte final “foi fortemente vivenciado por alguns expoentes da Igreja Católica”, cumprindo papel preponderante durante “o conflito de jurisdição entre a Igreja e o Estado que culminou na chamada Questão Religiosa” (BRANDÃO, 2011, p. 138). Uma vez que as posições do jornal estavam alinhadas às concepções papais, é pertinente compreender que o documento publicado em 1864 por Papa Pio IX (1792-1878), a Encíclica *Quanta Cura*, é o fundamento doutrinário dessa tendência no repúdio à modernidade, aqui entendida como esse “conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente” que era propiciada “a partir de um processo longo de racionalização da vida” (SILVA, K.; SILVA, M., 2009, p. 297). Na encíclica, o pontífice condenava todas “as ‘novas ideias’, todas materialistas” (MELLO, 2008, p. 18), ou seja, o documento era uma reação conservadora à modernidade *lato sensu*, esse processo de perversão dos valores religiosos que ameaçava a ordem social. Ocorreu, nesse instante, um movimento de centralização na figura papal e o reforço do ultramontanismo que serviu como um meio de unificar a Igreja no combate aos ideais renovadores endógenos e exógenos e na restauração de limites às liberdades, com submissão ao estrito controle dos pontos de vista do Santo Padre. Ribas depreendeu que foram as “mudanças sofridas pela sociedade mundial que acabaram por reforçar a hierarquia clerical” (2011, p. 98). Compreende-se, assim, que

A luta ultramontana estava marcada por uma dupla tensão, interna e externa: esbarrava com outras propostas de orientação doutrinária dentro da própria Igreja Católica e com correntes liberais, positivistas, protestantes, maçônicas, entre outras, que circulavam à época (LIMEIRA, 2011, p. 11).

É pertinente ressaltar, enfim, que *O Apóstolo* representava os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Isto é, seu caráter “religioso, moral e doutrinário” refletia os “interesses da religião e da sociedade” imperial e escravista a nível local e as concepções inconciliáveis de Roma para com a modernidade e seu movimento de “racionalização que atingia as esferas da economia, da política e da cultura” (SILVA, K.; SILVA, M., 2009, p. 298).

Utilizaremos para o exame do jornal em questão as metodologias propostas por Lapuente (2015) e Luca (2008) no sentido de levar em consideração que os periódicos, assim como qualquer fonte histórica, devem passar pelo crivo da crítica, pois existe uma dinâmica de interesses que guiam suas orientações editoriais (LAPUENTE, 2015) e é necessário seu desvelamento. O conteúdo jornalístico é caracterizado como a “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (LUCA, 2008, p. 116) e, por isso, é imperativo o cruzamento com a historiografia, dado que os jornais possuem “funções sociais” (LUCA, 2008, p. 132) que estão ligadas ao seu público-alvo. *O Apóstolo*, por exemplo, era uma gazeta religiosa e doutrinária que incorporava de maneira pronunciada as características da imprensa do século XIX, sendo necessário proceder uma “análise circunstanciada do seu lugar de inserção” (LUCA, 2008, p. 142). Logo, buscar-se-á compreender o processo histórico que está por trás e envolto à notícia, ao passo que o jornal é uma fonte produzida por agentes

históricos que visam a ação concreta na realidade em que estão inseridos e que todo conteúdo editorial é permeado por intencionalidades que buscaremos demonstrar adiante.

A primeira menção do periódico sobre a Comuna de Paris, também a maior e mais sistemática, ocorreu na edição 26 do dia 25 de junho de 1871, na seção principal do jornal, intitulada: *O Apóstolo*. Nela, lê-se uma condenação veemente do Código de Napoleão, que previa o casamento civil, uma vez que este seria “a morte da família cristã e deu em resultado esse imundo decreto da Comuna de 1871, em que homens desvairados legalizam a prostituição, à imitação dos macacos”. O Segundo Império brasileiro tinha como um de seus principais alicerces a Igreja e, segundo Lissagaray (1991), ao adotar as doutrinas ultramontanas ao mesmo tempo em que promulgava aquele, isso constituía uma contradição com os ultramontanos. Aqui cabem algumas observações acerca dos motivos pelos quais isso era problemático na visão destes últimos: a publicação do livro de Charles Darwin, *A Origem do Homem*, em 1871 teve grande repercussão em ambos os lados do Atlântico, suscitando inclusive o repúdio a essas ideias por parte da Igreja católica; tal crítica já estava presente em Pio IX (1864), quando qualificava “o perverso e absurdo princípio do naturalismo” em propor a descendência do homem ao macaco e ao profanar a ideia da criação divina. Ademais, o casamento civil era equiparado à prostituição; esta postura demonstrava a reação ao processo de laicização da sociedade e a tentativa de defesa do papel da Igreja e de suas funções sociais, que lhe assegurava prestígio social e capital político.

Um exemplo da crítica tecida pelo periódico católico aos acontecimentos na França pode ser encontrado nas linhas a seguir:

A Comuna de Paris e todas as suas doutrinas perversas são a mais legítima consequência dos livros de Renan, e de Proudhon e de outros, que negaram a divindade de Jesus e proclamaram um roubo o direito de propriedade (O APÓSTOLO, 25 de junho de 1871).

Chama atenção a referência a Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), anarquista muito influente no movimento operário francês – afinal, seus seguidores foram numerosos na composição da Comuna e ele ficou famoso por sua frase “a propriedade é um roubo” (PROUDHON, 2014, p. 21). Além disso, é muito possível que “Renan” seja uma referência a Joseph Ernest Renan (1823-1892), que publicou em 1871 seu livro de grande repercussão, *Reforma Intelectual e Moral*, onde propunha a restauração do Antigo Regime em outras bases, se opondo frontalmente ao socialismo, à democracia e ao catolicismo. Na *Quanta Cura* (1864), Pio IX condenava “o erro fatal do comunismo e do socialismo” e que, com tais

opiniões e maquinações ímpias, esses homens muito falaciosos pretendem, acima de tudo, eliminar da instrução e da educação a sadia doutrina e força da Igreja Católica, de modo que as almas sensíveis e sensíveis dos jovens sejam miseravelmente infectadas e depravadas por todos os tipos de erros perniciosos (PIO IX, 1864).

Alguns parágrafos adiante, *O Apóstolo* colocava a culpa da desgraça francesa em cima de seu abandono aos valores da Igreja Católica e saudava a derrota da Comuna de Paris, adjetivando seus

membros de “sectários” e culpados de “atrocidades enormes, armando até a mulher, a quem perverteu pela prostituição e fazendo de meninos instrumentos da malvadez de seus princípios” (O APÓSTOLO, 25 de junho de 1871). A mulher armada foi o símbolo da heroica resistência da Comuna, pois foram fundamentais ao impedir as tropas leais à Thiers de tomar os canhões de Montmartre (COSTA, 1998); Willard, inclusive, ressaltou o fato de, sob a Comuna, ter sido criado “o primeiro movimento feminino de massas, a União das Mulheres” (2002, p. 18). Já o ensino, para a Comuna de Paris, “tinha por tarefa inicial erradicar da escola, em todos os níveis, tanto a influência clerical-religiosa [...] quanto a moral burguesa” (COGGIOLA, 2002, p. 53). Nesse sentido, Pio IX foi taxativo. Fora do caminho e dos valores da Igreja, tudo entra em colapso e o que reina é o caos:

em lugares onde a religião foi removida da sociedade civil ou onde a doutrina e a autoridade da revelação divina foram repudiadas, até mesmo o próprio conceito de justiça e direito humano é coberto de trevas e se perde (PIO IX, 1864).

Chamando atenção para a realidade brasileira, *O Apóstolo* afirmou:

oxalá que estes tristíssimos exemplos abram os olhos dos homens que nos governam e que calem no espírito do povo contra os republicanos que se levantam entre nós, conspirando contra a monarquia, porque são eles os pais legítimos dos socialistas, dos comunistas, autores das desgraças que pesam sobre a humanidade (O APÓSTOLO, 25 de junho de 1871).

É pertinente atentar para a associação dos ideais republicanos com os comunistas e socialistas. Em 3 de setembro de 1870 foi publicado o *Manifesto Republicano*, liderado por intelectuais que já vinham organizando-se no Rio de Janeiro desde 1868. Costa evidenciou que, de acordo com os agentes da época, “a República sempre foi uma aspiração nacional” (1999, p. 397) e assim articularam-se estes na crítica ao Poder Moderador e suas arbitrariedades, suas fraudes e sua centralização. Apesar disso, não havia no cenário político do período qualquer sinal de levante ou conspiração que pudesse justificar os temores do periódico, sendo possível inferir que essa resposta expressava uma reação conservadora e antirrepublicana por parte dos ultramontanos no Brasil. A associação do socialismo e do comunismo ao republicanismo insere-se no escopo da condenação das tendências modernizantes, mas também possui um caráter de demonização dos seus adversários nessa conjuntura.

Em seguida aparece pela primeira vez a referência à Internacional e à maçonaria, pois, segundo *O Apóstolo*:

O fato de achar-se com Assi, o principal representante da Internacional, e ator proeminente da Comuna de Paris, uma medalha com emblemas maçônicos é a prova incontestável da intervenção da maçonaria contra as instituições que regem os povos, e da justa condenação que sobre ela fulminou o chefe supremo da Igreja católica (O APÓSTOLO, 25 de junho de 1871).

A franco-maçonaria de fato apoiou a Comuna (SAMIS, 2011, p. 282), o que fica evidente na figura de Adolphe Assi (1841-1886), um revolucionário de longa data filiado ao *proudhonismo*, que organizou greves e era maçom. A correlação da maçonaria com a Internacional está baseada nas palavras de Pio IX, para quem a sociedade maçônica “se espalhou por todas as partes, tanto que

neste tempo cheio de calamidades é exercida impunemente em todos os lugares, e com mais ousadia” (1865), dando ênfase na influência dos maçons em solo brasileiro e à ameaça que constituíam aos ultramontanos. Entretanto, é preciso elucidar que, se o periódico “está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes” (LAPUENTE, 2015, s.p.), urge que os compreendamos: na primeira metade da década 1870, o Brasil viveu o que ficou conhecido como a Questão Religiosa, uma franca contradição entre a determinação de Pio IX para excomungar os membros da maçonaria da Igreja e a decisão de Dom Pedro II de emitir um decreto ignorando a posição papal. Uma parte do catolicismo brasileiro desobedeceu a ordem do Imperador e, a partir de então, instaurou-se a crise que somente seria solucionada em 1876. Desse modo, percebe-se que os ultramontanos brasileiros se posicionavam de acordo com Roma quando seus interesses eram convergentes com os da Igreja e conflitantes com os do Imperador, assumindo uma oposição moderada e cambiante; esta constatação reforça a tese de que as ideias do periódico e do grupo nele representado se modificavam e se adequavam de acordo com seus interesses e objetivos para a sociedade brasileira.

Em 16 de julho de 1871, na edição de número 29, o periódico traz questões interessantes: na seção *O Apóstolo* há uma condenação do “entorpecimento moral e religioso” que seria o “sinal evidente da decadência da nação”, juntamente com duras críticas tecidas ao ensino laico. Segundo o impresso, a França era uma prova incontestável dessa depravação generalizada, considerando que “quase todas as nações da Europa estão contaminadas pelo mesmo mal e ameaçadas de catástrofes iguais às de Paris”. Ribas ressaltou o fato de que os ultramontanos responsabilizavam a própria sociedade por seus “desvios”, pois era o abandono dos valores católicos que levaria ao “caos relacional promovido pela modernização dos costumes” (2011, p. 96). Para eles, embasados no Concílio Vaticano I (1869-1870), a Igreja representava a “sociedade perfeita, a única fonte ‘segura’ de ‘civildade’ para as sociedades” (RIBAS, 2011, p. 96); por outro lado a Comuna de Paris era entendida como a sua antítese, o resultado lógico do processo modernizante. Nesse sentido, não apenas os franceses estariam expostos a esse problema, mas todos os países que abdicassem dos valores católicos estariam ameaçados pela revolução.

Em consonância com os argumentos supracitados, na edição de número 36 de 3 de setembro de 1871, a mesma seção citada nos casos anteriores noticiou uma grande manifestação no Rio de Janeiro em homenagem ao papa Pio IX, já que “nenhum Pontífice se viu mais geralmente perseguido, também nenhum teve mais glórias” e uma vida “cheia de embates e de vitórias”. O impresso foi enfático ao afirmar que “já não queremos falar dos comunistas e dos perversos de índole e coração, referimo-nos aos políticos sérios, aos homens que governam o mundo”: estes deveriam seguir o caminho traçado por Deus, quem criou a humanidade e sem o qual não era possível “viver nem progredir no caminho da ordem”. Imperava, assim, seguir os ensinamentos

divinos porque “o mais é cegueira senão orgulho”; questionava o leitor, enfim, se “para vosso último desengano, não vistes a grande França, foco de luzes e de progresso [...] abismar-se na Comuna, isto é, no que há de mais ignóbil, asqueroso, baixo e imundo?”.

Na mesma edição, agora na seção *Exterior*, o jornal defendeu enfaticamente a infalibilidade papal e condenou seu grande opositor, o padre alemão Ignaz von Döllinger (1799-1890), reconhecido pelo seu livro *O Papa e o Concílio* (1869)¹² e um dos principais antagonistas do ultramontanismo no seio do catolicismo, que acabou excomungado da Igreja Católica. O jornal afirmou:

É preciso ao mundo um Papa, ou então o ateísmo absoluto, consequente consigo, prático como o de Paris, esmagará o mundo. Os regimes anfíbios que pretendem viver com o mal como se fosse o bem, com o erro como verdade, a ninguém poderão satisfazer. O governo do mundo pertencerá ou à verdade e à virtude, ou ao erro e ao vício: não há meio termo [...]. Ora, semelhante declaração é o ateísmo puro, cuja aplicação mais perfeita e a mais exata expressão prática é a Comuna Parisiense (*O APÓSTLO*, 3 de setembro de 1871).

A Comuna como a encarnação do mal, “do ateísmo puro”, caracterizava toda e qualquer tentativa de laicização do Estado ou de separação entre o Estado e a Igreja como o ápice do maligno. Aparece aqui uma avaliação conjuntural por parte dos ultramontanos que percebiam a sua contemporaneidade permeada por uma intensa polarização, pois mencionava Döllinger de um lado e as tendências laicas do outro. Também fica evidente o “caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção do espaço público” (LUCA, 2008, p. 133) por parte do periódico, inclusive ecoando a urgência de apoio à centralização na figura do Papa no combate à modernidade e na defesa da “justiça” e “da ordem” católicas, mencionadas por Pio IX (1864).

Na edição de número 40, em 1 de outubro de 1871, na seção *O Apóstolo* era possível ler que tanto o Papa Pio IX como a Igreja Católica estavam sofrendo ataques a nível internacional e que, no Brasil, a única fé verdadeira seria a católica. Encontra-se, entretanto, a crítica de que não houve por parte do governo brasileiro uma defesa enérgica do catolicismo e o aviso: “por um procedimento irregular e mofador das coisas religiosas, como o da França, e de que são constante exemplo, estão nos criando elementos para uma Comuna bem próxima”. Isto é, o afastamento dos valores católicos, ou, como citado anteriormente, o “entorpecimento moral e religioso” estariam formando os elementos constitutivos para uma Comuna no Brasil. A edição de número 43 de 22 de outubro de 1871 aponta para esse mesmo sentido, quando assinala que “não pode haver no Brasil católico verdadeiro, católico de fé viva” enquanto houver “católicos-liberais, maçons disfarçados que são piores do que os membros da Comuna, como já o disse o Santo Padre”. Nessa passagem fica evidente o jogo de interesses e a posição de *O Apóstolo* como oposição moderada, sem atacar diretamente o Imperador, mas condenando o imobilismo do governo brasileiro (LAPUENTE, 2015). Para além disso, é necessário levar em consideração “as funções sociais desses impressos” (LUCA, 2008, p.

¹² Foi publicado no Brasil em 1877 com uma longa introdução de autoria de Ruy Barbosa (1849-1923) que condenava expressamente os ultramontanos brasileiros e fazia a defesa de Döllinger contra a infalibilidade do papa.

132), uma vez que o referido jornal se propunha a ser a voz do “catolicismo oficial, propagando as ‘corretas’ formas de conduta, assim como, definindo as representações dos papéis a serem desempenhados pelos fiéis católicos dentro dessa sociedade” (RIBAS, 2011, p. 96). Dessa forma, devemos compreender que: (a) a Questão Religiosa e a penetração de ideias modernizantes na sociedade brasileira colocavam *O Apóstolo* em desarmonia com o Império; e (b) que pela sua função social é possível depreender que essa tensão entre a Igreja e o Estado também se refletiu na política de romanização ultramontana.

Na edição de número 48 em 26 de novembro de 1871, novamente na seção homônima ao jornal, é emblemático o aviso de que “os tempos se avizinham. Incumbe-se de prová-lo o progresso que vão fazendo entre nós as ideias dissolventes, que o jornalismo transporta para esta terra, que quer conquistar”. E segue, ao afirmar que

o movimento socialista que se desenvolveu perniciosamente na Europa e a reduziu ao miserável estado em que se acha, não nos bate à porta, já transpôs seu limiar e aí está exercendo sua ação perniciosa. O jornalismo, cuja missão é instruir, procede por modo contrário: os bons princípios são por ele combatidos *totis viribus*; e aí daqueles que ainda os sustentam e com eles querem salvar a sociedade brasileira dos horrores de uma comuna de Paris, para qual vamos marchando insensivelmente [...]. Todos os falsos princípios, que aparentemente tem conquistado a revolução, são lançados à conta de reformas de que careceremos para sermos grandes e vivermos à par das grandes nações que, apesar de sua grandeza, se torcem na agonia de uma próxima dissolução (O APÓSTOLO, 26 de novembro de 1871).

Certamente chama a atenção a malsinação que *O Apóstolo* fez nessas linhas: os ultramontanos eram contra a liberdade de imprensa e, para justificar essa posição, colocaram a questão de que as ideias dissolventes da sociedade que chegavam pelos jornais não eram apenas uma possibilidade, mas uma aparente realidade: o Brasil estava marchando insensivelmente para uma Comuna. O intransigente jornal não foi uma voz solitária nesse tipo de interpretação dos fatos, ao menos no que diz respeito ao entendimento de que o comunismo, o socialismo e a Comuna eram ameaças ao país, problemáticas vistas inclusive em falas de membros da Geração. Joaquim Nabuco, por exemplo, em discurso pronunciado ao Grande Oriente do Brasil¹³, proferiu as seguintes palavras: “veja a sociedade moderna em luta contra dois inimigos da ordem atual, igualmente terríveis e implacáveis, um que a julga estacionária demais, outro que a julga revolucionária, a Comuna e o jesuitismo” (1873, p. 13). Para o membro da Geração, o ultramontanismo e o comunismo eram ameaças. Quintino Bocaiuva também atentou para a ameaça das ideias revolucionárias, influenciado pelo livro de Leroy-Beaulieu (1843-1916), *La Question ouvrière au XIXe siècle*, publicado em 1871. De acordo com Alonso, para o brasileiro, “um mesmo gênero de crise política atingia todo o ocidente: a desordem política ou a decadência social”; não é à toa que seu livro de 1879, *Questão Social*, mencionava o nome de Karl Marx e dizia que “a emergência do socialismo [é uma] demanda

¹³ Potência maçônica brasileira fundada em 1822.

legítima por justiça à qual o regime monárquico seria incapaz de responder” (2002, p. 186). Pode-se afirmar, a partir disso, que a Comuna de Paris impactou o pensamento de membros da Geração e que o periódico católico não foi o único a reagir negativamente ao assalto aos céus parisienses.

É pertinente atentar para o fato de que a experiência *communarda* se fez presente em outros jornais, nacionais e internacionais, e nas avaliações e comentários de personagens importantes e distintos dos já mencionados. Na imprensa francesa, o veterano da Revolução de 1848 Louis Blanc (1811-1882), por exemplo, “estabelecia uma diferença entre a bandeira vermelha de seu tempo, a verdadeira, e a bandeira vermelha da Comuna, a infame” (LISSAGARAY, 1991, p. 354-355). Já seu contrarrevolucionário, Maxime du Camp (1822-1894), descreveu a revolução em Paris “como uma prostituta sem-vergonha, a Comuna mostrou tudo e causou surpresa a quantidade de úlceras que a corroíam” (apud LISSAGARAY, 1991, p. 355). Em solo brasileiro, o jornal liberal carioca *A Reforma*, na seção *Notícias do Exterior* da edição de número 98, em dia 2 de maio de 1871, afirmou: “Se o regime horroroso da comuna pudesse durar, a França pereceria nas convulsões mais vergonhosas”¹⁴. Também o jornal *A República*, do Rio de Janeiro, na edição 98, seção “Imprensa Europeia”, em matéria intitulada *A Missão do Partido Republicano*, apontava que “os homens da Comuna, pela sua abominável tentativa de converterem a Paris monumental numa pira fúnebre, legaram-nos uma catástrofe moral, mais funesta nos efeitos possíveis do que a catástrofe material”¹⁵. As razões para essas interpretações repousam na reprodução das matérias dos órgãos de imprensa da burguesia europeia, sobretudo na visão de Versalhes sobre os eventos ocorridos em Paris. Não obstante, é importante ressaltar que liberais e republicanos não possuíam razões políticas para enxergar com bons olhos a Comuna, afinal, defendiam a mudança de uma parte do *status quo* e não sua dissolução: a revolução, em seu ponto de vista, devia partir de cima e não de baixo.

Isto posto, pode-se inferir que a Comuna de Paris nas páginas de *O Apóstolo* possuiu uma abordagem quantitativamente diversa do contexto geral da imprensa brasileira. Se os liberais e republicanos limitaram-se a repetir o que estava presente na imprensa europeia, os ultramontanos abordaram-na sistematicamente, permitindo ao historiador entrever as disputas políticas e ideológicas travadas. Apesar dessa diferença, a sua avaliação da experiência *communarda* não possuía novidade e estava consoante com o entendimento geral do período, tal como Marx definiu a recepção da experiência parisiense pela imprensa europeia: isolada por um “muro de mentiras” (2011, p. 111). O que é original é a articulação entre a revolução parisiense com a situação de “dupla tensão” (LIMEIRA, 2011, p. 11) da Igreja, que sintetizava a “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (LUCA, 2008, p. 116), ou seja, condenava o evento e atentava para a iminência de algo parecido em solo brasileiro. O mais importante não é compreender *o que* se disse, mas o

¹⁴ Jornal A Reforma: Órgão Democrático (RJ), 1871, s.p. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional-RJ).

¹⁵ Jornal A República: Propriedade do Clube Republicano (RJ), 1871, p. 3 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional-RJ).

porquê: cremos que a Comuna representava para os ultramontanos a encarnação de todo o mal, aquilo que a sociedade poderia tornar-se ao abandonar os valores da Igreja. Desse modo, os *communardos* foram instrumentalizados pelo periódico como elemento central em seu embate com a Geração de 1870, o movimento republicano e abolicionista, de forma a evidenciar a “defesa de um posicionamento político, de um poder econômico [e] de uma causa social” (LAPUENTE, 2015, s.p.).

CONCLUSÃO

Buscar compreender o impacto da Comuna de Paris no Brasil é chocar-se com contrastes enquanto entende-se que, por mais que as conjunturas fossem diametralmente opostas, o Brasil também vivia um momento de mudanças. Contudo, a sociedade brasileira era apegada às tradições e sua política e economia possuíam traços excessivamente conservadores e avessos a rupturas modernizantes, de maneira que a revolução proletária era vista como a encarnação de todo o mal. De fato, “a influência da Internacional na Comuna foi mais potencial que real, e por isso tanto mais temida” (COGGIOLA, 2001, p. 104), pois a mudança potencial, a mudança das ideias e concepções de mundo é que colocavam em xeque a estrutura monárquica assentada na Igreja Católica: nada poderia ser mais horripilante que uma república proletária e ateísta.

A imprensa era o meio de comunicação único e fundamental no período, e tinha caráter informativo e instrutivo. O caso do periódico *O Apóstolo* demonstra que para a Igreja Católica era essencial a circulação de seus jornais, que funcionavam como um meio de ação constante de intervenção na realidade e de orientação para os seus clérigos e fiéis sobre como agir perante o mundo e às contradições. Era o meio pelo qual a instituição divulgava suas visões de mundo, demonstrava seus interesses e agia politicamente.

Foram os assaltantes dos céus de Paris que internacionalizaram o nome de Karl Marx e da Internacional e por isso é que seus nomes e suas ideias, bem como a Comuna de Paris, vão aparecer em moções do Senado e em debates na Câmara aqui no Brasil. Tamanha foi a

repercussão da Comuna no Brasil que, sem o menor significado político ou social, até os estudantes universitários brincavam com este vocábulo para assustar a burguesia nacional, num jogo de absoluta e total gratuidade (MORAES FILHO, 2003, p. 24).

É através das páginas apocalípticas desses jornais que anunciavam uma Comuna prestes a eclodir no Brasil que podemos vislumbrar o germe do anticomunismo brasileiro e a fobia das transformações sociais, ademais da sintonia entre as classes dominantes a nível internacional em seus diversos matizes na condenação e repúdio à Comuna de Paris.

REFERÊNCIAS

Fontes

- A Missão do Partido Republicano. *A República*, 22 de jul. 1871. KARCHER, Th., p. 3.
- Notícias do Exterior. *A Reforma*, Rio de Janeiro, 2 mai. 1871. *A Reforma*, s.p.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1871. O Apóstolo, p. 202.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1871. O Apóstolo, p. 218.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1871. O Apóstolo, p. 226.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 3 set. 1871. O Apóstolo, p. 286.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 1 out. 1871. O Apóstolo, p. 314.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 22 out. 1871. O Apóstolo, p. 338.
- O Apóstolo. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1871. O Apóstolo, p. 377.
- O Arcebispo de Paris. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1871. Noticiário, p. 208.
- O vigésimo quinto aniversário do Santíssimo Padre Pio IX em Roma e na Itália. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 1 out. 1871. Exterior, p. 314.
- Vermorel. *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 22 out. 1871. Noticiário, p. 344.

Bibliografia

- ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300002>. Acesso em: 9 maio 2021.
- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A Geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAKUNIN, Miguel. *Obras Completas: Miguel Bakunin*. 1. ed. Madrid: La Piqueta, 1977. v. 1.
- BAKUNIN, Miguel. *Obras Completas: Miguel Bakunin*. 1. ed. Madrid: La Piqueta, 1977. v. 2.
- BARSOTTI, Paulo. "Estamos aqui pela humanidade!": Viva a Comuna de Paris de 1871!. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 8, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18915/14072>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Comuna republicana ou operária? A tese de Marx posta à prova. In: _____. *A Comuna de Paris na História*. São Paulo: Xamã, 2001. cap. 4, p. 47-67.
- BRANDÃO, Marcella de Sá. A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso O Apóstolo. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 3, n. 5, p. 138-143, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10438>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- COGGIOLA, Osvaldo. 130 Anos da Comuna de Paris: a Comuna de Paris na História. *Tempos Gerais*, São João Del-Rei, ed. 3, p. 79-111, abr. 2001. Disponível em:

- <<https://www.ufsj.edu.br/paginas/temposgeraisantigo/n4/artigos/comuna.html>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- COGGIOLA, O. A Comuna de Paris, a escola e o ensino. In: ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. (org.). *A Comuna de Paris de 1871: História e Atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002. cap. 4, p. 53-58.
- COGGIOLA, O. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. *Revista Aurora*, Marília, v. 4, ed. 2, p. 165-183, ago. 2011. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1274>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- COGGIOLA, O (ed.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002.
- COSTA, Sílvio. *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. Goiânia: UCG, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FERREIRA, A. E. C. S.; CARVALHO, C. H.. Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). In: *XII Encontro de pesquisa em Educação / Centro Oeste*, 2014, Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- FOSTER, William Z. *História das Três Internacionais*. 1. ed. São Paulo: Nova Cultura, 2020 [1955], v. 1.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 12, n. 29, p. 132-148, jan./jul. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>>. Acesso em: 17 mar. 2022.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10., 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ALCAR, 2015, s.p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>>. Acesso em: 9 mai. 2021.
- LENIN, Vladimir Illich. Ensinaamentos da Comuna. In: COGGIOLA, Osvaldo (ed.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002 [1908]. cap. 9, p. 101-105.
- LIMEIRA, Aline de Moraes. Jornal O Apóstolo (1866 – 1893): ações católicas na imprensa e na educação. *Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, novembro 2011. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-aco-es-catolicas-imprensa-educacao>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1991 [1876].
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

MATTOS, Marcelo Badaró. A Comuna de Paris no Brasil. *Outubro Revista*, [s. l.], ed. 6, p. 105-114, 2002. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-6-Artigo-09.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MARTORANO, Luciano Cavini. Elementos do Estado socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR, Armando (org.). *A Comuna de Paris na História*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2001. cap. 5, p. 67-83.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011 [1871].

MARX, Karl. *As Lutas de Classe na França: de 1848 a 1850*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012 [1850].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2014 [1848].

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MERRIMAN, John. *A Comuna de Paris: 1871: origens e massacre*. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015

MICHEL, Louise. *The Red Virgin: Memoirs of Louise Michel*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 1981.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In.: MORAES, João Quartim de; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. 2. ed. rev. São Paulo: UNICAMP, 2003. v. 1. cap. 1, p. 13-59.

NASCIMENTO, Claudio. O Programa da Comuna de Paris. In: ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. (org.). *A Comuna de Paris de 1871: História e Atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002. cap. 3, p. 25-41.

ORSO, P. J.; LERNER, F.; BARSOTTI, P. (org.). *A Comuna de Paris de 1871: História e Atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002.

PINHA, D. Calcanhar de Aquiles da Geração 1870: Machado de Assis e o problema da recepção do repertório externo. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 20-40, 2020. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/23627>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

PIO IX, Papa. *Encyclica Quanta Cura*. Roma: 8 de dez. 1864. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PIO IX, Papa. *Allocuzione Multiplices Inter*. Roma: 25 set. 1865. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/allocutio-multiplices-inter-25-septembris-1865.html>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RIBAS, Ana Claudia. A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal O Apóstolo (1929-1959). *Revista Espaço Plural*, Mal. Cândido Rondon, ano XII, v. 12, n. 24, p. 96-106, 1o semestre 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7240>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SAMIS, Alexandre. *Negras Tormentas: O federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Modernidade. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 297-301.

SOUZA, Maurício Severo. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870-1879). *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 11, n.1, p. 48-62, jan-jun/2014. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-5.pdf>>. Acesso em: 9 mai. 2021.

TROTSKI, Leon. A Comuna de Paris e a Rússia dos Sovietes. In: COGGIOLA, Osvaldo (ed.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002 [1920]. cap. 14, p. 151-179.

WILLARD, Claude. História e Vigência da Comuna de Paris. In: BOITO JR, Armando. *A Comuna de Paris na História*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2001. cap. 2, p. 15-28.